

Superior Tribunal de Justiça

singular análise o pleito de livramento condicional nos termos da lei, afastada a necessidade de permanência em regime intermediário como óbice à concessão do livramento condicional" (e-STJ fls. 64/67).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 75/81 e 82/112).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou pela concessão da ordem (e-STJ fls. 116/120).

É, em síntese, o relatório.

Consoante se verifica das informações prestadas pelo Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal da Comarca de Ribeirão Preto - DEECRIM 6ª RAJ, *"na data de hoje [18/9/2019], em cumprimento a r. decisão desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça, foi concedido ao sentenciado o livramento condicional"* (e-STJ fl. 75).

Nessas circunstâncias, diante da alteração da realidade fática dos autos, provocada pela superveniente concessão do livramento condicional, é forçoso reconhecer a perda do objeto da presente impetração, que objetivava, justamente, a concessão do aludido benefício.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator